

EDUCAÇÃO ESCOLAR E MODERNIZAÇÃO **NO INTERIOR PAULISTA (FRANCA - DÉCADA DE 60) ***

Sauloéber Társio de Souza **

RESUMO: As décadas de 60 e 70 são bastante importantes para os estudos na área de Educação já que em nenhum outro período da história da educação brasileira as iniciativas governamentais desenvolvidas no campo educacional foram tão intensas quanto nesse momento. Acreditamos que isso ocorrera em função do acelerado processo de modernização calcado nos impulsos de urbanização e de industrialização do país. A análise do interior paulista, especificamente o caso de Franca, evidencia tal tendência.

UNITERMOS: educação escolar, modernização, Franca, militarismo e imperialismo.

ABSTRACT: The sixty's and seventy's are very important to the education science once this moment in the Brazilian history education had many government decisions at this area, following the big movement of modernization that caused a fast urbanization and industrialization of São Paulo state. We'll study here, the example of Franca city.

KEY-WORDS: sixty's and seventy's, education, Franca city, modernization and Militar Government.

A década de 60 foi marcada por intensos processos de industrialização e urbanização pelo Brasil, também em Franca (interior paulista) tais processos se efetivaram com precedentes inigualáveis na história da cidade. A educação escolar ganharia importância estratégica dentro desse movimento, passando a ser entendida como elemento fundamental no projeto de modernização da sociedade local, um reflexo do panorama nacional, agitado pelas promulgações das Leis 4024/61, 5540/68 e 5692/71 todas regulamentando os ensinos fundamental, médio e superior.

* Texto integrante da dissertação de mestrado "A Educação Escolar em meio aos Imperativos da Modernização (Franca: 1961-1971)" defendida em 2000, no programa de pós graduação da Unesp-Franca.

** Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia (Campus do Pontal).

As políticas educacionais de todos os níveis de governo eram adotadas vinculadas aos objetivos explícitos de desenvolvimento econômico (qualificação de mão-de-obra e formação de consumidores) e, menos explicitamente, deveriam servir como elemento disciplinador da sociedade brasileira, que acabava de se tornar urbana, mas que perpetuava suas desigualdades sociais e culturais históricas, o que representava ameaça às estruturas de dominação, sobretudo, nesse momento em que a participação política de setores populares crescia significativamente.¹

Por ser já, nesse período, uma cidade industrial, Franca atraía milhares de migrantes em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, a migração interna e, sobretudo, a migração rural, adquiriu relevância no processo de modernização local, pois, de um lado, fornecia mão-de-obra para a indústria, de outro multiplicava a clientela que demandava serviços públicos, como a escolarização - um dos anseios dos migrantes, relacionada à possibilidade de se conseguir no meio urbano, aumento de renda e prosperidade, num momento em que o emprego da tecnologia na agricultura ameaçava os homens do campo, estimulando o êxodo rural.

Em 1970, os migrantes mineiros representavam cerca de 20% da população francana, constituindo boa parte da massa de trabalhadores da indústria de calçados. A migração (que fornecia mão-de-obra barata) e os incentivos do regime autoritário possibilitariam a manutenção do custo reduzido da produção de sapatos em Franca, pois em geral, os migrantes, especialmente os rurais, tinham escolaridade inferior ao 1o. grau, buscando as oportunidades “sem limites” da cidade, sujeitando-se à intensa exploração em troca da sobrevivência.²

Dessa maneira, as altas taxas de natalidade somadas ao grande fluxo de indivíduos que além do emprego, buscavam também vagas nas escolas, provocou o vertiginoso crescimento demográfico da cidade e, com isso, a necessidade de se expandir aceleradamente, a rede de ensino pública. Tal expansão atendia não só ao anseio da população por escolarização, mas também buscava difundir hábitos da vida *moderna*, junto a esse público que se desenraizara com a expectativa de alcançar bem-estar social. Analisemos os dados abaixo, colhidos na Delegacia de Ensino (Regional Franca):

TABELA 4

RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (ATÉ 1971) ³

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS*

FUNDAÇÃO	NOME	NÍVEL DE ENSINO
1905	GE Coronel Francisco Martins	Pré e Primário
1924	Escola Industrial Júlio Cardoso	Ensino Industrial
1926	GE Barão da Franca	Pré e Primário
1933	GE Caetano Petrágli	Pré e Primário
1934	I.E. Torquato Caleiro	Pré, Primário e Ensino Médio
1935	GE Homero Alves	Pré e Primário
1952	GE Orlik Luz	Pré e Primário
1953	GE Jerônimo Barbosa Sandoval	Pré e Primário
1957	GE Ângelo Scarabucci	Pré e Primário
1958	GE David Carneiro Ewbank	Ensino Médio
1962	GE Amália Pimentel	Pré e Primário
1962	GE José Reis Miranda Filho	Pré e Primário
1965	GE Carmem Munhoz Coelho	Pré e Primário
1965	EM Antonio Sicchierolli	Pré e Primário
1967	GE João Marciano de Almeida	Ensino Médio
1967	GE Nadeide Scarabucci	Pré e Primário
1968	GE Dante Guedine Filho	Pré, Primário e Ginásio (E.M.)
1969	GE Mário D'elia	Ginásio (Ensino Médio)
1970	GE Ana Maria Junqueira	Pré e Primário
1970	GE Otávio Martins de Souza	Ensino Médio
1970	GE Suzana S. Ribeiro	Pré e Primário

INSTITUIÇÕES PRIVADAS**

1888 (até 67)	Colégio Nossa Senhora de Lourdes	Primário e Ensino Médio
1902 (até 71)	Colégio Champagnat (Irmãos Maristas)	Primário e Ensino Médio
1919	Colégio Jesus Maria José	Primário e Ensino Médio
1919	Instituto Francano de Ensino (Ateneu)	Ensino Médio
1948	Fundação Educandário Pestalozzi	Primário e Ensino Médio

* GE=Grupo Escolar ou Ginásio Estadual; IE=Instituto de Educação; EM=Escola Municipal; Ensino Médio=composto por ginásio e 2º ciclo (clássico, científico, normal ou comercial). Os GE's criados em 1970, só entrariam em funcionamento mais tarde.

** Nos anos 60, o ensino médio de todos estes estabelecimentos restringia-se ao ginásio (1º ciclo), todos ministravam o curso normal, com exceção do Colégio Champagnat, enquanto que o IFE e o Pestalozzi ofereciam também o curso comercial (contabilidade).

INSTITUIÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR***

1954	Ciências Econômicas	Autarquia municipal (com anuidades)
1958	Faculdade de Direito	Autarquia municipal (com anuidades)
1962	Faculdade de Filosofia	Pública (Instituto Isolado)
1971	Faculdade de Filosofia Pestalozzi	Particular

Segundo os Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo, no dia 06 de maio de 1851, através da Lei Provincial no. 424, criaram-se as duas primeiras escolas públicas na, então, Vila Franca do Imperador. Uma das escolas atendia ao público masculino e a outra ao feminino. Entre os anos de 1851 e 1854, a escola masculina registrara cerca de 96 matrículas anuais com freqüência em torno de 62,50%, enquanto a feminina fora freqüentada por cerca de 42 alunas, obtendo-se 69,04% de presença em suas aulas. Consta também a existência de uma sala de ensino secundário oficial, cujo professor era o Senhor Antônio Jacinto Lopes de Oliveira, que ministrava aulas de francês e latim aos seus 07 alunos. Somente no ano de 1885, é que Frei Germano introduziria as disciplinas de Física, Química e Matemática na educação secundária da cidade.

No ano de 1854, havia duas escolas particulares que possuíam tanto o grau primário como o secundário. A masculina era dirigida pelo Professor Prudenciano Venâncio Cruz e tinha 36 alunos matriculados, enquanto a feminina ficava sob a responsabilidade da Professora Francisca Rosa do Patrocínio. Percebe-se que a educação escolar local, no século XIX, era bastante incipiente, não estruturada em séries e restrita ao ensino das técnicas de leitura e escrita. Um único professor era responsável pela instrução dos alunos e as distâncias até a escola contribuíam para que a repetência e a evasão fossem elevadas.⁴

Estas escolas podem ser entendidas como embriões das instituições de ensino que surgiriam na cidade, a partir do advento da Proclamação da República. O Colégio Católico Nossa Senhora de Lourdes, fundado em 1888, mantivera-se em funcionamento até o final da década de 1960, encerrando suas atividades após ter atendido por décadas às famílias

*** A Faculdade de Ciências Econômicas surgira como Escola Superior de Economia no início dos anos 50, funcionando de forma bastante experimental com quadro de docentes e discentes reduzido. Tanto a Faculdade de Direito como a de Ciências Econômicas foram reconhecidas pelo MEC, no início dos anos 60, tornando-se autarquias municipais.

tradicionais da região, que enviavam suas filhas ao internato, onde tinham contato com doutrinas convenientes ao catolicismo.

Os baixos investimentos em educação, tanto no Império como na 1ª República, favoreciam a atuação destas instituições educacionais que se estabeleciam seguindo a rota das ferrovias e do café, onde existiam latifundiários interessados na educação de suas filhas. No entanto, a partir da década de 20, os internatos passaram a sofrer com as mudanças sócio-culturais, políticas e econômicas em processo, e o Colégio de Lourdes perderia suas alunas, ano após ano: em 1917 eram 2.417 estudantes e no ano de 1934 este número já havia caído para 1.582 alunas. Trinta anos mais tarde esta instituição enfrentaria sua pior crise estrutural até que, em 1967, anunciaria o seu fechamento.⁵

Ainda nos anos 60, as escolas particulares eram vinculadas a credos religiosos, principalmente, ao catolicismo. Como o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, também o Champagnat (Irmãos Maristas) e o Colégio Jesus Maria José que era administrado por religiosas expulsas de Portugal, tinham como orientação a doutrina católica. Este último iniciou suas atividades no ano de 1948 e, em 1971, possuía 11 classes gratuitas com média de 35 alunos cada e 14 outras com colegial pago. Já a Fundação Educandário Pestalozzi obedecia a ideologia cristã-espiritista (ligada ao Kardecismo).

O IFE (Instituto Francano de Ensino) constituía-se em modelo de instituição privada que atendia aos imperativos da modernização empreendida pela ditadura militar. No decorrer desses anos, inaugurara nova e imponente sede, a expansão de seus negócios fora tão intensa que no ano de 1971, oferecia os cursos Ginásial, Colegial, Comercial (Técnico em Contabilidade), Normal (Área de Educação e área de Ciências Físicas e Biológicas) e até mesmo curso de pós-graduação para Administradores Escolares. Boa parte desses cursos eram ministrados no período noturno, atendendo a clientela formada, em sua maioria, por indivíduos de classe média baixa que trabalhavam durante o dia para poder pagar seus estudos.

Esta instituição possuía variados artifícios para a manutenção de suas atividades como empresa escolar privada, no ano de 71, realizou vários exames de admissão para o ginásial (como previa a legislação da época), já que nas primeiras chamadas as vagas não foram preenchidas. Também desde o início desse período, era contemplada com bolsas de estudos. Em 1960, a LASEP (Liga de Assistência Social e Educação Popular que também

obtinha recursos financeiros junto ao poder público) destinou 27 bolsas aos alunos do IFE, 16 aos do Colégio Jesus, Maria e José e 02 aos alunos do Educandário Pestalozzi.⁶

No entanto, foi a rede de ensino pública que passou por forte expansão, atendendo a grande parte da população local. O crescimento das vagas nos diferentes níveis da educação oficial ocorreria de forma desigual, e o ensino médio (que compreendia o clássico, o científico e o normal), no início dos anos 60, era oferecido apenas pelo IETC - Instituto de Educação Torquato Caleiro. Tal instituição era considerada a escola mais importante da região e, por ser bastante procurada, tinha exames de admissão bastante seletivos, exigindo boa preparação dos candidatos, o que levava à elitização de sua clientela, composta em sua maior parte, por membros das classes privilegiadas locais.⁷

Os acontecimentos cotidianos dessa escola ganhavam grande dimensão na imprensa e no plenário da Câmara Municipal. Foi o IETC que forneceu muitos dos militantes do movimento estudantil de Franca: “O grêmio que contava com o maior número de integrantes era o do IETC. Dessa forma, a diretoria da UESF [União dos Estudantes Secundaristas de Franca] era quase sempre preenchida por alunos dessa escola, (...)”⁸

O ensino industrial era oferecido, desde 1924, pela Escola Industrial “Júlio Cardoso”. No dia de sua inauguração, no mês de abril daquele mesmo ano, havia apenas 3 alunos matriculados, já no ano de 1970, eram 1488, distribuídos nos cursos Ginásiais (diurno e noturno, 20 salas) e nos Cursos de Aprendizagem de Mecânica, Marcenaria, Fundição, Corte e Costura, Rendas e Bordados, Economia Doméstica, Calçados, Dietista e Auxiliar de Artífice. No início do ano de 1971, as inscrições para os cursos de Eletrotécnica, Máquina e Motores superaram 400, enquanto que as vagas existentes giravam em torno de 200. Já o Colégio Agrícola de Franca recebia poucas inscrições e, muitas delas, eram de alunos de cidades da região, em 1971, dos 75 candidatos ao colégio, apenas 07 eram de Franca, evidenciando que o ensino industrial era um dos mais fortes anseios da população local, diferentemente, do que ocorreria na década de 20.⁹

O ensino primário oficial concentrava o maior número de instituições escolares nesse período, na cidade. Em 1971, os Grupos Escolares em funcionamento registravam a matrícula de 9.630 alunos (5.064 do sexo masculino e 4.566 do sexo feminino) que cursavam as 4 séries do primário. O Grupo Escolar “Barão da Franca” possuía o maior número de estudantes, com cerca de 1.488 alunos, e se localizava no Distrito da Estação,

uma das regiões mais populosas da cidade. Já o Grupo Escolar “Coronel Francisco Martins” atendia a clientela central e tinha bastante tradição por ser a instituição oficial mais antiga de Franca. No entanto, nos anos 60, assim como as demais escolas de ensino fundamental, este Grupo Escolar sofria com o processo de massificação da rede oficial, empreendido pelo governo militar de forma desorganizada e bastante acelerada.¹⁰

No outro extremo da rede de ensino local, pode-se observar grande entusiasmo em torno dos cursos de educação superior. Neste período, as Faculdades de Economia e Direito foram transformadas em autarquias municipais e, paralelo a isto, criaram-se as Faculdades de Filosofia da cidade. É notável a mobilização da elite local no empenho de consolidação da Faculdade de Direito, instituição que reunia em seu quadro docente representantes de vários setores dirigentes da cidade.

Em 1960, houve grande campanha para a constituição de sua biblioteca especializada, e no ano seguinte, realizou-se venda de apólices, que visava a angariar fundos para a aquisição de prédio próprio para a faculdade que funcionava nas dependências do IETC. Tanto a biblioteca especializada quanto o prédio próprio eram exigências feitas pelo governo federal, para que se procedesse o reconhecimento da instituição pelo MEC. Apesar da mobilização em prol da Faculdade de Direito, o interesse por este curso era bastante restrito, junto aos estudantes. Em 1964, há uma semana do encerramento das inscrições para o vestibular de Direito, havia apenas 23 inscritos, destes, 05 eram de Franca, e o número de vagas disponíveis era de 60. No ano de 1971, o interesse continuava limitado, e o número de candidatos era inferior ao de vagas.¹¹

Vimos acima, que as instituições de ensino locais caracterizavam-se de acordo com sua clientela, nível de ensino e gratuidade ou não dos cursos ministrados pelo estabelecimento. A análise do conjunto destas escolas revela dados significativos sobre a educação escolar na cidade de Franca, no decorrer dos anos 60. Está claro, por exemplo, que o elevado crescimento do número de escolas constituiu-se em elemento integrante do processo de modernização empreendido pelo governo autoritário. A massificação do ensino foi calculada. A rede oficial local teve crescimento acima de 100%, enquanto houve redução das escolas particulares com o fechamento dos Colégios Nossa Senhora de Lourdes em 1967, e Champagnat em 1971.

Percebe-se que o crescimento maior (em unidades) ocorrera no ensino fundamental de onde vinha a grande pressão da demanda e que não seria possível controlá-la sem que se aumentasse a oferta de vagas. O ensino público médio e superior não recebia investimentos significativos do governo, o que contribuía para a apropriação, por parte dos privatistas, destes níveis de educação que se transformaram em novas fontes de acumulação de capital.¹²

Mas como entender a redução no número de escolas particulares em Franca, neste período? Quais teriam sido as conseqüências do grande crescimento da rede de ensino oficial na cidade? Teria contribuído para a promoção da modernização social e política da sociedade local? Ou o empenho na generalização do ensino fundamental, baseado na “fé na educação”, fortalecera as relações de produção (qualificação de mão-de-obra e formação de consumidores) que se modificavam num ritmo, até então, inimaginável para o país? Especialmente, num momento em que a educação era reforçada como “forma de ascensão social e de democratização de oportunidades.”¹³

É certo afirmar que a inserção do fator educacional no projeto de modernização se dera baseado na idéia de que a escolarização seria vinculada ao enriquecimento econômico e cultural de compensação futura. Tal ideologia, nas sociedades modernas, dirigiu os padrões de procura e oferta dos serviços educacionais, que foram bastante influenciados por grupos que buscaram colocar a educação como meio de dominação política e controle social, garantindo a mão-de-obra necessária para a expansão de seus negócios.

Desta forma, a educação contemporânea em nosso país foi colocada, em todos os seus níveis, em sintonia com o tecnocratismo burguês, a revelia da opinião dos principais interessados deste processo - alunos, pais e profissionais do ensino - que, sobre dura repressão, desenvolveram formas de resistência. Buscamos aqui, salientar as características específicas da educação escolar em Franca, no período estudado, procurando entender seu papel no processo de modernização da cidade.

¹ Segundo Eisenstadt, o aumento da escolarização dentro do processo de modernização, contribuiria para aumentar as pressões sobre a esfera institucional central da sociedade. EISENSTADT, S.N. Modernização: Protesto e Mudança. Rio de Janeiro: Zahar, 1966(69).

² Segundo Garcia, o migrante mineiro foi a principal vítima da discriminação em Franca no decorrer desses anos, especialmente aqueles provindos de zonas rurais que concebiam o espaço urbano como o lugar da civilização, reservado para cidadãos, para os *bons*. O migrante não era visto como cidadão: além de

analfabeto, rústico e caipira lhe foi atribuído o papel de miserável e perigoso para a sociedade, sua condição deplorável lhe imprimia a coragem de quem não tinha nada a perder, isso representava uma ameaça à propriedade privada. Os programas de assistência ao migrante preocupavam-se mais com o deslocamento da massa e seu impacto sobre a cidade do que com as questões que explicitavam a mendicância, como a concentração de terras, a mecanização da agricultura, etc. GARCIA, Ronaldo A.G. Migrantes Mineiros em Franca. Franca: Unesp, 1996.

³ Dados referentes apenas à cidade de Franca. Fonte: Delegacia Regional de Ensino. Entendemos aqui, como estabelecimentos de ensino as instituições intermediadoras das relações entre clientela/governo/profissionais da educação, e que possuíam como objetivo a escolarização do indivíduo, muito embora a multiplicação, nos anos 60, das instituições, associações, grupos voluntários, sindicatos, clubes, etc, como a Associação dos Servidores Públicos Municipais, o Aero Clube de Franca, a Sociedade dos Amigos da Cidade de Franca, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias de Franca, LASEP, LBV, IATE Clube esportivo, Centros Acadêmicos, Grêmios Estudantis, Casa de Portugal de Franca, etc, tenha tido importância relevante na difusão dos hábitos da “vida moderna” no meio urbano que recebia grande número de migrantes rurais. Segundo Germani, o crescimento de atividades de cunho voluntário é outra evidência do processo de modernização, mostrando certo grau de mobilização social. GERMANI, Gino. Sociologia da Modernização. 1ª ed., São Paulo: Mestre Jou, 1974.

⁴ Fonte: Fundo Documental do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Coleção do jornal “O Aviso da Franca”, vol. no.193, 09/set/1961.

⁵ A promulgação da Constituição Federal de 34 obrigaria os colégios confessionais, como o Lourdes, a contratar professores para o ensino das disciplinas de português, matemática, história, geografia e ciências que não fossem membros de suas congregações, perdendo, assim, sua relativa autonomia. O internato do Lourdes possuía o mais completo aparato educacional feminino, ministrando aulas de etiqueta, lições musicais, trabalhos manuais, e era freqüentado pela elite; o semi-internato atendia aos moradores da cidade, filhas de comerciantes e operários bem sucedidos; já o externato oferecia apenas o ensino primário. Ver MARTINS, Patrícia C.M. Catolicismo Ultramontano e o Colégio Feminino Nossa Senhora de Lourdes de Franca (1888-1930). Tese de Mestrado, Unesp-Franca, 1998.

⁶ Nesse mesmo período, o Colégio Jesus Maria José construíra nova sede e a Fundação Pestalozzi ampliara suas dependências. Fonte: Fundo Documental do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Coleção do jornal “Comércio da Franca”, vols. nos. 550/140, 28/fev/1961 e 09/jan/1971.

⁷ Sobre a classificação da sociedade em grupos distintos é importante lembrar que “Os termos elite e massa são bastante imprecisos; (...) Todavia, para nossa finalidade, digamos simplesmente que, ao utilizar o primeiro termo, referimo-nos a grupos e indivíduos que se encontram na cúspide das diversas instituições e atividades humanas, ou que exercem, ativa ou potencialmente, a liderança de determinados setores sociais. Com o segundo, designamos a maioria que não ocupa posições de alto prestígio ou poder, ou educação, ou situação econômica etc. Talvez esta distinção pudesse ser formulada mediante uma expressão estatística simples, dizendo-se que a cúspide se refere aos 10 ou 15% ‘superior’ da população.” EISENSTADT, S. N. Op. cit., p.76, nr.01.

⁸ SILVA, M. P. Protesto e repressão no interior paulista: Franca (1966-1970). Tese de Mestrado, Unesp-Franca, 1998. Desde o início da década, havia grande pressão por vagas junto ao IETC, no ano de 1960, o exame de admissão para o 1º ano ginasial tivera 141 aprovados sendo que apenas 71 candidatos foram matriculados nas suas 3 classes diurnas e 2 noturnas. Fonte: Fundo Documental do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Coleção do jornal “Comércio da Franca”, vols. nos.546/140, 06/fev/1960 e 09/jan/1971.

⁹ Ibid., vols. nos.139/140, 18/nov/1970 e 29/jan/1971.

¹⁰ Problemas como falta de vagas, de recursos materiais (merenda, livros, cadernos, etc) e financeiros para o funcionamento da instituição eram bastante acentuados mesmo em escolas centrais como era o caso do GE

“Cel Francisco Martins”, o que acabava resultando em grande evasão e repetência. Isto pode ser percebido pelo depoimento de seu diretor, durante os anos 60, o Professor Sidnei Rosa Nascimento, que afirmara: “Havia uma média de quarenta alunos por classe, o Coronel tinha 33 classes. Essas classes, havia até um pouco mais, havia alunos ouvintes, quer dizer, que não conseguiam... matrícula, e os professores guardavam lá, três, quatro ou cinco alunos ouvintes, porque era certeza que haveria vaga durante o ano, então, eles iam colocando esses alunos nas vagas existentes.” Ver SOUZA, S. T. Década de 60: (Ir)Racionalidade do Ensino – Concebendo a Educação em Franca. TCC, Unesp-Franca, 1997, p.79.

¹¹ Já a Faculdade de Filosofia (Instituto Isolado) criada em 1962, registrara, no ano de 1964, uma das maiores matrículas dos Institutos Isolados do Estado de São Paulo, com 210 alunos. Este fenômeno deve-se em parte, à gratuidade do ensino desta instituição. Fonte: Fundo Documental do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Coleção do jornal “Comércio da Franca”, vols.554/140, 24/jan/1964 e 12/jan/1971.

¹² Em Franca, a falta de vagas no ensino médio foi um problema agudo durante toda a década de 60, como podemos perceber no trecho que segue: “Avalanche - (...) ao analisar o número de candidatos inscritos nos nossos diversos ginásios para o próximo exame de admissão. Tal número ultrapassa a casa dos 3000 candidatos, só nas escolas oficiais. O problema surge quando se vai verificar o número de vagas para esses estudantes. Segundo soubemos não vai além de 800. Ora, isso quer dizer que haverá, nos próximos meses, o mal dos 'excedentes' para ... ginásios, a acrescentar-se aos 'excedentes' para os cursos superiores.” Ibid., vol. no.131, 31/ago/1968.

¹³ FREITAG, Barbara Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1979.